

Tapas e beijos



» JOSÉ SARNEY
Ex-presidente da República,
escritor e imortal da Academia
Brasileira de Letras

regem". Mas não é essa a que rolou entre ambos: foi a "química" da linguagem popular, do surgimento de um clipe entre pessoas, difícil de explicar racionalmente, mas sentido de forma intensa. É como se houvesse uma reação espontânea de afinidade, simpatia ou desejo.

Ora, analisando o encontro, afinidade é impossível, os dois frequentam polos opostos: um à esquerda, outro à direita. Então, não foi "atração imediata, reação espontânea de afinidade", pois impossível. A química que rolou, assim, pode estar na área da simpatia e do desejo: simpatia que os dois confessaram sentir um pelo outro e desejo de paz — o que é muito bom para o Brasil e para os Estados Unidos.

Realmente, essa taxa de 50% sobre os nossos produtos foi uma taxa política, e não econômica — a meu ver ligada ao Brics, à posição firme do nosso Lula em favor de uma moeda para substituir o dólar nas negociações. No mais, foi a retórica de que o Brasil deve se aliar mais aos americanos, e nada de chineses.

Ora, nossa política externa tem relação estreita com os Estados Unidos há mais de 200 anos. Foram eles o primeiro país a reconhecer nossa independência, estivemos juntos em duas guerras, enviamos tropas para lutar ao lado deles, deixando sangue de brasileiros em Pistoia, na Itália, com a derrota do Eixo Itália/Alemanha, de Hitler e Mussolini.

A aliança entre Brasil e Estados Unidos foi fundamental para o triunfo dos Aliados na Segunda Guerra. No Nordeste brasileiro foi instalada a base aérea de Parnamirim Field, conhecida como

"Trampolim da Vitória", que foi crucial para a logística militar americana.

Essa aliança se estendeu e aprofundou ao longo dos anos, fortalecendo nossas relações culturais, comerciais e científicas, o que impulsionou grande fluxo de intercâmbios culturais e acadêmicos.

Para concluir, Lula confessou que, após a conversa com Trump, recebeu dele convite para um encontro, o que será, segundo nosso presidente, um encontro para "o diálogo", pois "há muito o que conversar", "somos dois homens de 80 anos". Vamos ver se, depois dessa "química", eles vão "ficar" — como dizem os moços.

Em relação à Rússia, a coisa é mais violenta e envolve um fato muito sério: os dois lados possuem armas nucleares. Um confronto entre esses dois países seria o fim da humanidade, com toda a população do mundo sendo vítima da radiação, como aconteceu com Hiroshima e Nagasaki. Trump disse que a Rússia é um "tigre de papel", e a Rússia respondeu: "Somos um urso verdadeiro". Aqui espero ter rolado simpatia e desejo. Simpatia como proposta de amizade, e desejo como vontade de dialogar, aparar arestas e encontrar um terreno comum para um acordo.

O discurso do Lula nas Nações Unidas foi impecável. A diplomacia brasileira funcionou bem, conduzida pelo nosso ministro Mauro Vieira. Nosso presidente brilhou, foi uma excelente presença na tribuna e marcou um gol de placa. Nota 10.

De mais a mais, vamos superar as agressões. Que o mundo seja de beijos, e os tapas sejam sepultados e esquecidos.

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) //
circecunha.dj@dabr.com.br



A ONU, 80 anos depois: entre a promessa e o fracasso

A Organização das Nações Unidas (ONU) completará 80 anos em 24 de outubro. Criada em 1945, logo após a Segunda Guerra Mundial, nasceu com a missão de ser o grande fórum de mediação entre os povos, o escudo diplomático contra novos conflitos globais. Oito décadas depois, no entanto, o que se vê é uma instituição envelhecida, enfraquecida e cada vez mais desacreditada. Não são poucos os líderes, de diferentes espectros ideológicos, que hoje fazem severas críticas ao organismo multilateral. Da direita à esquerda, há consenso em um ponto: a ONU já não exerce o prestígio e a autoridade que teve no passado. Pior: em muitos episódios recentes, demonstrou uma inoperância que beira a irrelevância.

Um dos exemplos mais gritantes talvez tenha sido antes e durante a pandemia da covid-19. A Organização Mundial da Saúde (OMS), braço da ONU, revelou-se submissa a pressões políticas e interesses externos, sobretudo da poderosa indústria de medicamentos. Assistiu ao surgimento de um cenário desigual, em que países ricos monopolizaram vacinas e insumos, enquanto nações pobres ficaram à margem. O discurso de solidariedade global não passou de retórica.

Outro caso emblemático é a guerra da Rússia contra a Ucrânia. Desde 2022, o Conselho de Segurança se vê paralisado pelo veto de seus membros permanentes, incapaz de tomar decisões concretas. A ONU assiste de braços cruzados a uma guerra prolongada, que ceifou milhares de vidas, deslocou milhões de pessoas e abala o equilíbrio internacional. A mesma paralisia havia sido registrada na guerra civil da Síria e no conflito do Iêmen, evidenciando a fragilidade estrutural do sistema multilateral. O problema, porém, vai além da incapacidade técnica.

Cresce a percepção de que a ONU está sendo corroída por dentro. Em vez de neutralidade diplomática, o que se vê é a promoção insistente de pautas que minam a soberania dos Estados: imigração irrestrita, governança climática centralizada, uniformização cultural e social. São diretrizes apresentadas como consensos universais, mas que escondem a tentativa de enfraquecer autonomias nacionais em favor de uma elite transnacional pouco transparente. É nesse ponto que muitos governantes têm perdido a paciência. A ONU não consegue conter guerras, não consegue garantir segurança coletiva, mas empenha-se em impor um projeto de centralização política global. Tal desvio de função explica por que cresce o coro dos que defendem seu fim.

Ainda assim, o vácuo seria perigoso. Um mundo sem ONU mergulharia na lei da força, sem qualquer fórum de mediação, por mais limitado que este seja. A alternativa, portanto, não é extinguir a Organização, mas reformá-la radicalmente. É preciso devolver-lhe neutralidade e resgatar seu propósito original: ser guardião da paz, não agente de agendas políticas disfarçadas. Aos 80 anos, a ONU é uma senhora cansada, mas ainda necessária. O desafio é resgatá-la antes que se transforme apenas em palco de discursos vazios ou, pior, em ferramenta de projetos que nada têm a ver com os interesses dos povos que um dia prometeu proteger.

Os Estados Unidos, que sempre foram os maiores financiadores desse organismo, já não enxergam com o mesmo entusiasmo a atuação da ONU. Na abertura da 79ª Assembleia Geral, no último dia 24, o ritual de reclamações se repetiu. A chegada do presidente americano ao evento foi marcada por um fato inusitado. Tanto ele como sua esposa ficaram parados a meio caminho, quando a escada rolante que conduzia ao auditório parou, sem maiores explicações. Também o teleprompter que deveria servir de guia para o discurso de Trump simplesmente deixou de funcionar. Muitos dizem que ambos os acontecimentos foram de clara sabotagem ao americano, que não esconde seu desânimo com a atuação da ONU. Em tom de ironia, Trump agradeceu à ONU por essas falhas, que, para ele, endossam os argumentos de todos aqueles que acreditam que esse organismo precisa ser urgentemente repensado.

A frase que foi pronunciada:

“A Organização das Nações Unidas proclamou 1979 como o Ano da Criança. As crianças receberão de nós a corrida armamentista como uma herança necessária?”

Papa João Paulo II

Prata da casa

» Com passagem marcada para Brasília, Luisa Francesconi, que é da cidade e alçou voo pelo mundo, traz na bagagem um presente especial. Masterclass de canto lírico que acontecerá na Thomas Jefferson da Asa Sul, em 2 de outubro, às 19h30. Busque o blog do Ari Cunha para mais informações.

História de Brasília

O que valeu, no momento, foi a presença de espírito da guarda do DFSP, que, com energia e agindo rapidamente, evitou um linchamento e uma depredação. (Publicado em 10/5/1962)

Maurenilson Freire



O semipresidencialismo pode trazer estabilidade



» ORLANDO THOMÉ CORDEIRO
Consultor em estratégia

da indicação de parlamentares para exercerem cargos no Executivo, tendo como contrapartida a aprovação de projetos e propostas de interesse do governo. Esse modelo ficou conhecido como "presidencialismo de coalizão", denominação criada por Sérgio Abranches.

Prevalente durante seis governos consecutivos, o cenário começa a se alterar a partir de 2015 com a promulgação da Emenda Constitucional nº 86, que tornou obrigatória a execução das emendas individuais, criando o chamado Orçamento Impositivo. Já a obrigatoriedade das emendas de bancadas estaduais foi estabelecida em 2019 (Emenda Constitucional nº 100). Desde então, o que temos presenciado é o crescimento do volume de recursos destinados a essas e outras modalidades de emendas, reduzindo, cada vez mais, o espaço de gestão dos recursos orçamentários pelo Executivo, além de provocar novos tipos de instabilidade política.

Nada indica que tal situação vai ser revertida, com a consequente redução da autonomia orçamentária conquistada pelo Congresso Nacional. Diante disso, qual solução poderia ser construída para recuperar o equilíbrio político desejável nos processos relacionados à governança?

Como, infelizmente, não temos clima para aprovar o parlamentarismo, acredito que seja possível encontrarmos uma solução intermediária, como o semipresidencialismo, que, aparentemente, encontraria apoio suficiente no Congresso Nacional para ser aprovada.

Nesse sistema, já existente em França, Portugal, Finlândia e Romênia, continuam a haver eleições diretas para presidente da República, responsável pelas funções típicas de chefe de Estado, e os parlamentares eleitos para o Congresso aprovam

a escolha entre seus pares para o cargo de primeiro-ministro, cuja responsabilidade é exercer as funções de chefe do Poder Executivo.

De início, já seria uma forma do Legislativo sair da cômoda posição de apenas determinar como deve ser a utilização de fatia considerável dos recursos orçamentários sem qualquer contrapartida de responsabilidade pela governança deles decorrentes. Simultaneamente, seria fundamental a implantação do sistema distrital, com voto em lista partidária, para evitar a deformação trazida pelo sistema proporcional em vigor.

Outra vantagem é a maneira como se resolvem as crises decorrentes de queda de apoio dos governos. No semipresidencialismo, quando se tem uma crise política decorrente de queda de apoio na população e/ou no Congresso, o governo é desfeito e são convocadas novas eleições gerais, em que o resultado determina a confirmação ou a substituição do primeiro-ministro, que vai definir a composição do novo governo.

Já no presidencialismo brasileiro, a única possibilidade de se interromper um mandato de presidentes eleitos é o processo de impeachment, como os que ocorreram em 1992 e 2016. Nas duas ocasiões, o que permitiu os dois afastamentos foi a combinação de desgaste junto à opinião pública com o isolamento político junto ao Congresso. Ainda que seja legal e democrática, esse tipo de solução é absolutamente traumática para o país.

É imprescindível que esse debate seja iniciado para que, em sendo aprovado, possa ser implantado a partir das eleições de 2034. O país precisa reencontrar o equilíbrio político de modo que se possa estabelecer pautas em torno da construção de políticas públicas duradouras.

Tal descompasso gerou constantes atritos na relação entre o Palácio do Planalto e o Congresso e só começou a ser contornado a partir do primeiro governo FHC, em 1995, por meio